

ILUSTRÍSSIMA SENHORA LAYANY RAMALHO LOPES SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGSS/SESGO

'cicgss.saude@goias.gov.br'

Ref: Chamamento Público nº 10/2024. Processo SEI 202400010038080.

GUSTAVO PAIVA MARIANO ADAMOLI, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ 214.080, com endereço eletrônico Gustavo.adv@gmariano.com, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO ao Edital do Instrumento de Chamamento Público nº 10/2024-SES/GO**, veiculado pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO), que tem como objeto a seleção de entidade para o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde na **POLICLÍNICA ESTADUAL DA REGIÃO DO ENTORNO - FORMOSA**, pelos motivos adiante expostos.

1. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, ressalta-se que o conhecimento da presente impugnação está devidamente amparado na legislação pertinente à matéria, bem como no próprio edital, que no seu item 11, página 9, prevê o seguinte:

11. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

11.1. O (s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(s) ao Edital deverá(ão) ser encaminhado(s) à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/GAB/SESGO, até às 18:00 horas do dia 02/10/2024 (esclarecimentos) e 09/10/2024 (impugnações), no endereço ou e-mail indicado no "Aviso de Chamamento Público".

Desse modo, considerando que o protocolo da presente Impugnação foi realizado antes das 18h do dia 09.10.2024, no único endereço constante no Aviso de Chamamento Público,

qual seja, o endereço eletrônico 'cicgss.saude@goias.gov.br', observa-se que esta peça, além de cabível, é tempestiva.

2. PRELIMINAR: NULIDADE DO PROCESSO POR VÍCIO NA AUTORIDADE JULGADORA. DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PARA INSTAURAÇÃO DE PAD. POSSÍVEL FAVORECIMENTO À ENTIDADE.

Com a devida vênia, a Comissão Processante nomeada pela Portaria nº 2127/2024-GAB/SES/GO padece de vícios que maculam todo o procedimento do Chamamento Público, considerando a existência de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em trâmite, instaurado por força de determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), que investiga a suposta prática de favorecimento à entidade participante de processo licitatório.

Trata-se dos autos de nº 202100047002353/312 do TCE/GO, em que foi proferido o Acórdão nº 2778/2023, no qual o Tribunal Pleno, dentre outras deliberações, determinou à Secretaria Estadual de Saúde o seguinte:

ACORDA

o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes do **Tribunal Pleno**, em acolher em parte a proposta apresentada pela Unidade Técnica, Ministério Público de Contas e Auditoria e deliberar conforme o art. 99, inciso II da Lei n.º 16168/07 e suas alterações, no seguinte sentido:

b) Determinar ao Secretário Estadual de Saúde que:

b.2) Instaure processo administrativo para apurar a responsabilidade administrativa dos Membros da Comissão Interna: *a. Layany Ramalho Lopes Silva; b. Murilo Lara de Faria; c. Lívia Costa Domingues do Amaral; d. Keuly Karla Barbosa Costa; e. Carla Marçal Coelho; e f. Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão*, e do *Sr. Ismael Alexandrino Júnior*, Secretário de Estado da Saúde à época;

Em cumprimento a determinação, em 13 de setembro de 2024, a Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO) fez publicar a Portaria nº 2820/2024, que instaurou o mencionado PAD para apurar as responsabilidades dos agentes públicos envolvidos, nos seguintes termos:

EXTRATO DA PORTARIA Nº 2820, de 13 de setembro de 2024

Síntese dos fatos: A instauração deste procedimento, registrado sob o nº 202400010066841, se faz necessária em virtude da sugestão da Comissão Permanente de Sindicância nos Relatórios de Sindicância nº 3/2024 e nº 7/2024, ratificado pelo Despacho nº 1641/2024/SES/GECORSET da lavra da Gerência da Corregedoria Setorial/Superintendência de Controle Interno e Correição/Subsecretaria de Controle Interno e *Compliance*, e da determinação do titular desta pasta, de acordo com o Despacho Correcional Decisório nº 3/2024 - SES, constantes nos autos do Processo SEI nº 202400010021501, os quais demonstram que os servidores hipoteticamente deixaram de apreciar e julgar adequadamente propostas de trabalho apresentadas no chamamento público destinado à seleção de organizações sociais, para a celebração de contratos de gestão, tramitado com erros grosseiros.

Transgressão: Artigo 202, inciso XVII, da Lei estadual nº 20.756/2020, na modalidade culposa.

Autoridade instauradora do PAD: Secretário de Estado da Saúde.

Data da assinatura da Portaria: 13 de setembro de 2024.

Protocolo 487391

Ressalta-se que o acórdão do TCE/GO salientou a existência de “erro grosseiro” da Comissão na diligência indicada, senão vejamos:

No tocante às irregularidades no registro contábil do Ativo e Passivo Compensado e as consequências delas no cálculo dos índices de liquidez e solvência utilizados no âmbito da habilitação financeira do chamamento, concluiu que houve erro grosseiro da Comissão Interna de Chamamento Público ao não requisitar em diligência a correta contabilização do sistema de contas de compensação e o respectivo recálculo dos índices afetados pelas inconsistências.

Sugeriu, assim, a aplicação de multa pecuniária aos membros: a. Layany Ramalho Lopes Silva; b. Murilo Lara de Faria; c. Livia Costa Domingues do Amaral; d. Keuly Karla Barbosa Costa; e. Carla Marçal Coelho; e f. Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão, por entender ser "inadmissível à SES, por meio de sua Comissão Interna de Chamamento Público, que tenha deixado de promover medidas de

Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640 Setor Jaó - Goiânia - Goiás - CEP: 74.674-015 Pág. 7 / 11

Assim, foi instaurado o PAD de nº SEI 202400010066841 em face de 06 (seis) agentes públicos, sendo que 02 (dois) deles figuram dentre os membros desta r.Comissão Processante, incluindo a Presidente, **Sra. Layany Ramalho Lopes Silva**, além da **Sra.Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão**.

Desse modo, a continuidade do Chamamento Público nº 10/2024-SES/GO por esta r. Comissão, ao mesmo tempo em que se apura a possível irregularidade de favorecimento à entidade em processo anterior, com todo o respeito, confere insegurança jurídica e riscos ao erário, haja vista as graves consequências de se prosseguir com um Chamamento que deverá ser anulado a posteriori, representando dano ao erário e às entidades participantes.

Portanto, pleiteia o reconhecimento da nulidade para instaurar-se novo procedimento que impeça a participação de agentes públicos investigados por possível grave irregularidade, preservando-se, assim, dentre outros, os preceitos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da segurança jurídica e do interesse público.

3. MÉRITO: ANEXO 1 DO EDITAL – PLANO DE TRABALHO. ITEM 26 – PARÂMETROS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO. ITEM 26.2.3 –

QUALIDADE TÉCNICA. ITEM 3. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS). NULIDADE. VEDAÇÃO LEGAL À EXIGÊNCIA CONTIDA NO EDITAL.

Analisando o anexo I do Edital, verifica-se que um dos parâmetros fixados para avaliar a qualidade técnica dos proponentes estabelece uma exigência que é contrária ao quanto previsto na legislação de regência, qual seja, a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

Isto porque o Edital exige que as entidades que possuem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) apresentem proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar respectiva ao Chamamento, senão vejamos:

3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente para administrar uma unidade de saúde com viés ambulatorial e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas que se propõe assistir.		Pontuação 60 pontos
	Item unitário	Item total (pontuação máxima)
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade, com anuência posterior da SES/GO.	2,5 pontos	

Observe-se que o referido parâmetro estabelecido restringe a pontuação respectiva às entidades possuidoras de CEBAS para àquelas que apresentarem proposta de aplicação do recurso na Unidade Hospitalar relativa ao Chamamento.

Ocorre que, fixando a mencionada exigência, o ESTADO DE GOIÁS, através da Secretaria de Estado da Saúde, está violando a Lei Complementar 187/2021, posto que há vedação

expressa na referida lei de transferência à terceiros do benefício da imunidade tributária conferida com o CEBAS. É o que se infere da leitura do art. 3º, inciso V:

Art. 3º Farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: [...]

V - não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;

A Lei Complementar nº 187/2021 inovou na regulamentação do direito à imunidade tributária ao fixar a norma interpretativa do art. 3º, inciso V, que esclarece que na *"hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra"* exige-se que as entidades beneficentes *"não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal"*.

A alteração legislativa veio assegurar o cumprimento da política pública de fomento às instituições assistenciais. Isso porque o repasse do benefício da imunidade aos contratantes, na prática, representa um desconto no preço (a partir do referencial de preço de mercado) gerando valor e utilidade para o ente público ou privado contratante. Consequentemente, o recurso deixa de ser alocado como receita da entidade detentora do CEBAS para a promoção das suas finalidades assistenciais.

A partir de 17 de dezembro de 2021, início de vigência da Lei Complementar nº 187/2021, tornou-se inquestionável que a entidade sem fins lucrativos que busque a Certificação CEBAS não pode transferir a terceiros, seja pessoa de direito público ou privado, o seu direito à imunidade tributária, **sob pena de perder o seu selo**, uma vez que se trata de requisito indispensável à fruição da imunidade prevista no art. 195, §7º da Constituição da República.

Ressalta-se, ademais, que na hipótese de a entidade proponente que sagrar-se vencedora obter o eventual indeferimento de sua renovação CEBAS por descumprimento do

requisito estabelecido pelo art. 3º, inciso V da Lei Complementar nº 187/2021, surgirá a obrigação de a mesma efetuar o recolhimento retroativo das contribuições, acrescido dos juros correspondentes, nos termos dos artigos 189 e art. 190 da Instrução Normativa nº 2110/2022 da Receita Federal, eventualidade que trará incalculáveis prejuízos à Organização da Sociedade Civil respectiva.

Ao que importa à análise desta Comissão Julgadora, é preciso considerar a presença de **NULIDADE ao Edital do Chamamento Público nº 10/2024-SES/GO, posto que contém norma claramente contrária à lei**, atraindo, por consequência, a necessidade de anulação parcial do item, para suprimir a exigência de aplicação do recurso que vier a ser “economizado” pela OSC pelo não pagamento da cota patronal a que é imune no(s) nosocômio(s) lícitado(s).

No ordenamento jurídico pátrio há a previsão legal de **rever/anular** atos eivados de **ilegalidades**, afinal, é da natureza principiológica da Administração a busca ao atendimento do interesse coletivo, daí por que constar nas mais diversas Leis administrativas o dever da Administração de agir conforme a Lei, e caso isso não aconteça o Dever de REVERTER o ato, declarando-o nulo.

Tal medida decorre da necessidade ao atendimento aos princípios da Administração, sejam eles expressos, ou mesmo os pacificamente aceitos pela doutrina. Senão vejamos alguns contidos no art. 37 da Carta Maior:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e...”

A Lei de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021, em seu art. 5º, define que:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da

economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Enfim, tem-se claro o dever da Administração de que seus atos "exalem legalidade", inclusive sob pena de responsabilidade do Agente Público.

Nesse sentido que o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula 473, que prevê o seguinte:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

In casu, observa-se que o princípio da legalidade só restará devidamente atendido se a previsão de pontuação para as OSCs que possuírem CEBAS não condicionarem o uso dos recursos que seriam destinados ao pagamento de tributos ao investimento nas Unidades de Saúde, sob pena de inequívoca transferência do benefício ao ESTADO DE GOIÁS.

4. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Do exposto, requer o acolhimento da presente impugnação, para que sejam promovidos os ajustes necessários ao Edital, suprimindo a exigência contida no Anexo I do Edital do Chamamento Público nº 10/2024-SES/GO, item 26.2.3, nos seguintes termos:

**Certificado de Entidade
Beneficente de Assistência
Social (CEBAS) ativo e
regular na área da saúde,
~~com proposta de aplicação
do recurso na unidade
hospitalar, com anuência
posterior da SES/GO~~**

Ato contínuo, pleiteia pelo prosseguimento do feito, observado o rito estabelecido em lei quanto à necessidade de republicação do instrumento convocatório e a reposição dos prazos legais.

Para que seja madura a decisão administrativa que ora se pleiteia, requer a suspensão do processo até o julgamento final do pedido constante da presente impugnação.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Goiânia/GO, 09 de outubro de 2024.